

GUIA DE

RESPOSTA A EMERGÊNCIA EM ESCOLAS

*Foco em situações de ameaça à
integridade física, saúde e segurança.*

**Público: dirigentes escolares,
professores, pais e responsáveis**

ELABORADO POR

Ana Flavia Bello
Heloísa Misae Tavares
Otávio Novo
Sarah Miranda

Com colaboração de:

Nelson Ribeiro - Defesa Civil de Curitiba-PR
William Silva - Defesa Civil de Nova Lima-MG

- 01** Prefácio pg. 3
- 02** Introdução pg. 4
- 03** Glossário de conceitos e definições pg. 8
- 04** Principais riscos dentro das instituições de ensino pg. 14
- 05** Legislação pg. 20
- 06** Papéis e responsabilidades pg. 23
- 07** Preparação: antes da emergência pg. 31
- 08** Resposta: durante a emergência pg. 40
- 09** Recuperação: depois da emergência pg. 46
- 10** Momento inspiração: boas práticas pelo Brasil pg. 52
- 11** Referências bibliográficas e outras fontes sobre o tema pg. 58

PREFÁCIO

O tema de resposta a emergências em escolas é urgente e merece um olhar cuidadoso e especial, tanto pela presença inerente de crianças e adolescentes (um público mais vulnerável), quanto pelo expressivo aumento dos riscos nos ambientes educacionais. Em outros países ao redor do mundo, a cultura da segurança e proteção integral nas escolas já está consolidada: ações de prevenção e preparação para situações críticas e adversas acontecem regularmente.

Aqui no Brasil ainda temos muita oportunidade para evoluir neste tema. A começar por ampliar a conscientização e promover a sensibilização das lideranças e demais agentes do setor de educação para que estes considerem o assunto da preparação das escolas para emergências dentre pautas prioritárias.

Esta publicação tem como objetivos contribuir para o amadurecimento do tema e dar um norte aos dirigentes escolares, professores, pais e responsáveis, para que estes promovam as mudanças mais do que necessárias neste campo, contribuindo assim para a implantação e consolidação de práticas que protegem e salvam vidas.

Para a elaboração deste material contamos com a generosa participação de profissionais especialistas no tema: Heloísa Misae, especialista em emergências, crises e continuidade de negócios; Otávio Novo, consultor em gestão de riscos e crises; Nelson Ribeiro, coordenador de Proteção da Defesa Civil de Curitiba-PR; William Silva, diretor de gestão de riscos e desastres da Defesa Civil de Nova Lima-MG e de Sarah Miranda, especialista em Comunicação, contribuindo para a integração dos trabalhos.

Estas breves linhas são dedicadas para agradecê-los, pois só foi possível realizar este projeto por meio da vontade, predisposição e empenho de todos.

Entretanto, por mais que tenhamos nos empenhado em cobrir - de forma objetiva e sucinta - o máximo possível do tema, não é possível esgotá-lo, pela amplitude e evolução constante do tema. Assim, esperamos que esta publicação ressoe, seja compartilhada, enriquecida e que juntos possamos alcançar nossos objetivos.

Segurança nas escolas e proteção integral de nossas crianças e adolescentes são responsabilidades de todos nós.

Ana Flavia Bello
CEO da Cosafe LATAM

INTRODUÇÃO

Por que e para quê implantar o gerenciamento de riscos e emergências nas escolas?

Todos defendem que a segurança nos ambientes escolares é um item importante.

Mas na prática, ela não está dentre as prioridades da maioria das instituições de ensino brasileiras: antes são considerados aspectos econômicos, pedagógicos, estruturais, tecnológicos, etc. E, só quando (e se) sobrar tempo, mão-de-obra e verba, poderá se pensar no assunto. Será que esse conjunto de fatores é possível de ser atingido?

Uma recente pesquisa realizada pela **Cosafe** em suas redes sociais, direcionada aos pais, mães, cuidadores(as) e professores(as), mostrou que grande parte dos respondentes considerava o exercício regular de evacuação nas escolas relevante, mas, apesar disso, não eram realizados.

Esse dado destoa de um outro muito alarmante, oferecido pela Secretaria da Educação de São Paulo, que apontou que no início deste ano de 2022, com o retorno das crianças às aulas (após a pandemia da COVID-19), houve um **aumento de 48% nos casos de violência** e ameaças nas escolas estaduais, provocados tanto por agentes internos quanto externos.

Esse aumento expressivo também é bastante percebido nos outros ambientes educacionais, como os municipais, privados, não-governamentais, etc. Segundo o Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, **8 em cada 10 jovens** da região metropolitana de São Paulo afirmaram ter visto pelo menos uma situação de violência contra adolescentes nas escolas.

Em especial no caso de agressões físicas e sexuais, sabe-se que a escola tem uma dupla atuação, tanto no contexto micro quanto macro: além do risco desses fatos ocorrerem dentro de suas dependências, também sabe-se que, em muitos casos, a escola é a instituição que descobre a prática de ocorrências desse tipo nos âmbitos familiares da criança, e pode intervir (seguindo protocolos pré-estabelecidos).

Tudo isso é um reflexo do contexto sociocultural vigente, que traz uma necessidade cada vez mais premente de prevenção e preparação, no que tange à segurança e gestão de riscos e crises.

O pensamento otimista de que “conosco não vai acontecer, portanto essa não é nossa prioridade”, é rebatido pelos dados e fatos que são facilmente encontrados na mídia. Desde 2002, já ocorreram aqui no Brasil 8 episódios de violência à mão armada que geraram grande comoção e repercussão na mídia. Dentre eles, os mais conhecidos são os das escolas de Suzano-SP, de Saudades-SC e de Realengo-RJ. Mas todos os dias acontecem casos (noticiados ou não) de bullying, pedofilia, brigas, assédios (moral ou sexual), fatalidades, acidentes, etc.

A pergunta é: **O que está sendo feito para responder com assertividade a esses incidentes e minimizar os impactos negativos?**

Mesmo com essas situações deste tipo acontecendo regularmente, a cultura de prevenção de eventos indesejados e de preparação e resposta a emergências e crises, ainda não está consolidada nos ambientes de ensino.

O conceito de Proteção Integral, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deve ser valorizado e seguido dentro das instituições escolares, pois exerce um papel fundamental no combate a essas ocorrências. Além de garantir a preservação de direitos fundamentais e as oportunidades e facilidades que possibilitam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, ele também tem um papel preventivo, na medida em que desenvolve a função educativa, reconhece as crianças como sujeitos - sob a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, prepara-os para o exercício de cidadania, intervém na formação dos alunos para o reconhecimento e respeito aos Direitos Humanos e contribui para a construção de formas de convivência não violentas.

Para isso, prevê ainda a corresponsabilização da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, para assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos e a proteção pretendida.

O propósito desta publicação é justamente estimular para a instituição e fortalecimento dessa cultura de segurança e de proteção integral.

Pretende ser um ponto de partida para despertar a importância do tema, dar diretrizes quanto a elaboração de planos de resposta, direcionar sobre como agir perante uma emergência e ainda mostrar como não são necessários altos investimentos financeiros, para começar a se estruturar para isto.

Pelo contrário: não estar preparado para uma emergência pode provocar prejuízos e impactos imensuráveis na vida dos alunos e profissionais, nos bens materiais e, até mesmo, na reputação da escola, podendo levá-la a uma situação de crise maior e mais longa!

A grande motivação da **Cosafe** na elaboração deste material advém do seu propósito perene e diário de contribuir para salvar as organizações, o meio ambiente e, principalmente, as pessoas!

É urgente colocar o gerenciamento de riscos e emergências dentre as pautas prioritárias das escolas.

Vamos começar?



03

**GLOSSÁRIO DE
CONCEITOS E
DEFINIÇÕES**

É importante entender o que cada termo significa conceitualmente, pois no senso comum eles se misturam ou são considerados sinônimos. Essa distinção de definições ajuda a entender onde e como atuar e as estratégias e ações específicas para cada contexto.

Todos esses itens deverão compor o Programa de Resiliência das escolas (que abrange gerenciamento de riscos, respostas a emergências, continuidade de negócios e gestão de crises), mas o foco desta publicação será somente no item de resposta a emergências, voltado especificamente a situações de ameaça à integridade física, saúde e segurança das pessoas envolvidas.

> **Risco:** um possível evento que pode causar danos e perdas ou afetar a capacidade de alcançar objetivos. Um risco é medido pela probabilidade de uma ameaça, a vulnerabilidade do ativo a essa ameaça e o impacto que teria se ocorresse;

> **Evento indesejado:** evento que resultou, ou poderia resultar em lesões às pessoas (saúde e segurança pública), danos à propriedade (imagem, reputação e finanças) ou perdas no processo;

> **Continuidade de negócios:** capacidade (pré-aprovada pela liderança) estratégica e tática de uma organização para planejar e responder a condições, situações e eventos, a fim de continuar as operações em um nível predefinido aceitável. Ele se aplica não apenas a empresas com fins lucrativos, mas a organizações de todas as naturezas, como organizações não-governamentais, de interesse público e governamentais;

> **Crise:** um evento crítico que, se não for tratado de maneira adequada, pode afetar drasticamente a lucratividade, a reputação ou a capacidade de operação de uma organização. Ou, uma ocorrência e/ou percepção que ameaça as operações, equipe, valor para o acionista, partes interessadas, marca, reputação, confiança e/ou objetivos estratégicos/de negócios de uma organização;

> **Emergência:** uma situação inesperada ou iminente que pode causar ferimentos, perda de vidas, destruição de propriedades ou causar interferência, perda e interrupção das operações comerciais normais de uma organização, a ponto de representar uma ameaça. É para este item em específico que este material oferecerá subsídios de enfrentamento e resposta.

Além dos conceitos acima, é preciso ter ciência de que o processo de preparação/prontidão de uma organização para enfrentar uma situação crítica inclui medidas e ações de: prevenção, proteção, mitigação, resposta e recuperação.

Veja abaixo a descrição de cada uma delas no âmbito escolar:

- **Prevenção** – consiste na identificação e análise de riscos. São medidas que permitem a uma organização evitar, impedir ou limitar o impacto de uma interrupção causada por eventos indesejados (ou seja, riscos materializados), por meio de detecção de sinais e planos de mitigação;
- **Proteção** – não existe risco zero. Por maiores que sejam os esforços de prevenção, ainda haverá uma probabilidade de que eventos indesejados aconteçam. Por isso, as barreiras (ou controles) de proteção devem ser estabelecidos para impedir “o efeito dominó” ou de escalabilidade que possa advir de um evento com maior potencial de dano;
- **Mitigação** – as barreiras (ou controles) de mitigação são estabelecidas para reduzir/minimizar os impactos (danos) de um evento indesejado nas pessoas e ativos da escola. A capacidade de responder prontamente a uma emergência configura uma medida de mitigação (análise e administração do incidente);

- **Resposta** – são as capacidades necessárias para estabilizar uma emergência, uma vez que já aconteceu ou é certo que inevitavelmente acontecerá. Significa estabelecer um ambiente seguro e protegido, salvar vidas e propriedades e facilitar a transição para a recuperação;
- **Recuperação** – são as capacidades necessárias para auxiliar na restauração do ambiente de aprendizagem, em escolas afetadas por um evento indesejado. Para isso são projetados programas e atividades que contribuem para o retorno das condições à um nível mínimo aceitável para a entidade;
- **Restauração** – é o retorno total das atividades ao normal (ou “novo normal”). Importante que após solucionado o incidente, seja avaliada a melhor estratégia utilizada, e compartilhada como lições aprendidas e benchmark para os próximos treinamentos ou processos de tomadas de decisão.

Por fim, apresentamos o:

> **Sistema de Comando de Incidente (ICS - Incident Command System):** uma ferramenta de gerenciamento desenvolvida e regulamentada nos EUA por meio do National Incident Management System (NIMS). Trata-se de um sistema de comando e controle que padroniza o processo e a terminologia para responder e gerenciar emergência de todos os tipos, tamanho e complexidades, visando a segurança da equipe e eficiência nas ações de resposta.

Embora alguns dos vocabulários, ferramentas, processos e abordagens discutidos neste guia possam ser novos para a comunidade educacional, eles são críticos e essenciais para a criação de práticas e planos de gerenciamento de emergências que sejam integrados aos esforços dos socorristas e outras partes interessadas, com a grande finalidade de manter as crianças, os funcionários e a comunidade do entorno seguras.

04

**PRINCIPAIS RISCOS
DENTRO DAS
INSTITUIÇÕES DE
ENSINO**

Abaixo, relacionamos as principais ocorrências que podem acontecer em um ambiente escolar, divididas em riscos relacionados às Pessoas, ao Patrimônio e à Sociedade.

Justamente por conta dessa lista extensa, foi necessário estabelecer um foco de atuação, para o qual esta publicação se propõe a apoiar.

Considerando a vida como o maior dos nossos bens, aprofundamos o conteúdo de forma direcionada às respostas a emergências que ameaçam a integridade física, saúde e segurança das pessoas.

Sociedade

- Envolvimento de funcionários em crimes
- Vazamento de informações
- Maus tratos a animais
- Falhas de conteúdo
- Descumprimentos de leis e normas
- Conflitos sociais
- Bloqueio de vias de acesso
- Riscos do entorno
- Epidemias e pandemias (ex.COVID - quadro página 17)
- Mudanças climáticas

Pessoas

- Quedas/Traumias
- Afogamento
- Choque elétrico
- Saúde – doenças contagiosas, intoxicações alimentares ou por substâncias, engasgos, alergias, picadas de animais, riscos invisíveis (mental e psicológica), etc.
- Relacionais (mobilização de estudantes, gangues, assédios morais e sexuais, pedofilia, discriminações, violências físicas, problemas de socialização, etc.)
- Gestão – erros humanos, demissões em massa, corrupção, escândalos, venda ou fechamento de unidades.
- Desaparecimento
- Acidentes
- Sequestro
- Óbito
- Suicídio
- Pânico
- Prostituição
- Consumo de drogas
- Tráfico de drogas
- Insalubridade
- Aliciamento

Patrimônio

- Incêndio
- Explosão
- Vazamento de Gás
- Falta de energia
- Danos estruturais
- Furto
- Roubo
- Desastres naturais (enchentes, alagamentos, terremotos, tempestades)
- Contaminação/Poluição
- Fraudes
- Tecnologia (ciberataques, vazamento de dados, panes ou interrupções nos sistemas)
- Falta de insumos essenciais
- Reputação (conteúdos negativos que viralizam nas redes sociais)
- Operacionais – indústrias ou atividades de alto risco próximas às escolas.

A CRISE SANITÁRIA DA COVID-19

Foi um cenário inédito e atípico, e seus impactos afetaram as escolas em várias esferas. Em um curto espaço de tempo, as instituições de ensino tiveram que se estruturar em tempo recorde para migrar as aulas para o ambiente virtual, adequar-se aos novos protocolos de saúde e ainda lidar com a desestabilização emocional das crianças, famílias e funcionários.

Tornou-se premente preparar-se para pandemias futuras, que certamente acontecerão.



O histórico destes últimos anos trouxe grandes aprendizados que servem de parâmetro para a elaboração de planos de ação para o enfrentamento de novos desafios similares.



Evidentemente as possibilidades não se esgotam aqui, pois além de existirem outros que não mencionamos, os riscos mudam com o passar do tempo e novos cenários se apresentam.

A implantação de uma cultura de segurança e o desenvolvimento de práticas de gestão de riscos e emergências permitirão uma atuação adequada diante das ameaças conhecidas, assim como também criará maior capacidade para agir - de forma responsável e eficiente - diante de fatos novos e inesperados.

E considerando a extensão destas listas de possibilidades, seria impossível tratar todos os itens neste guia. Portanto, estabelecemos um foco de atuação e nos ativemos a ele: considerando a vida como o maior dos nossos bens, direcionamos o conteúdo às respostas a emergências que ameaçam a integridade física, saúde e segurança das pessoas.

Este é o principal enfoque desta publicação, e ao qual ela pretende apoiar.

05

LEGISLAÇÃO

Não há como fugir do tema: seja pela sensibilidade a ele ou pela promulgação de leis que norteiam os protocolos e ambientes, é mandatório que todos (pessoas e instituições) se adequem e se responsabilizem. Abaixo, citamos algumas das regulamentações relacionadas a esse tópico:

A Lei Federal **12.608/12**, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (que alterou o ART. 26 da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) cita em seu parágrafo 7:

"Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios".

Além dessa prerrogativa, as instituições de ensino devem seguir as diretrizes das seguintes normas:

- NBR 14276/2020 – sobre Brigada de Incêndio;
- NBR 15219/2020 – sobre elaboração do Plano de Emergência;
- Plano de Prevenção contra Incêndios, conforme orientações dos Corpos de Bombeiros;
- Lei Federal 13.722/2018 (conhecida como Lei Lucas) obriga as escolas públicas e privadas e espaços de recreação infantil a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros.

Os itens acima referem-se ao âmbito federal. É necessário informar-se quanto ao atendimento aos termos das leis, decretos e normas dos respectivos Estados e Municípios, que podem variar.

Também está em tramitação o Projeto de Lei 195/19, que obriga estabelecimentos de ensino públicos e privados a adotarem planos de defesa e evacuação e realizarem exercícios simulados semestralmente.

Não poderíamos deixar de mencionar aqui, novamente, o conceito de Proteção Integral, mencionado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que orienta e prescreve direitos às pessoas em desenvolvimento, impondo deveres à sociedade, inclusive na implantação das políticas públicas, de modo a proporcionar a construção de um panorama jurídico especial à esses públicos.

Busca garantir os direitos fundamentais e as oportunidades e facilidades que possibilitam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, ele também tem um papel preventivo, na medida em que desenvolve a função educativa, reconhece as crianças como sujeitos - sob a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, prepara-os para o exercício de cidadania, intervém na formação dos alunos para o reconhecimento e respeito aos Direitos Humanos e contribui para a construção de formas de convivência não violentas.

Para isso, prevê ainda a corresponsabilização da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, para assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos e a proteção pretendida.

Pesquise quais são as diretrizes legais que se aplicam às escolas da sua região e verifique se os protocolos estão sendo devidamente seguidos e se os documentos e alvarás estão em dia com os órgãos regulamentadores competentes.

Cobrar o cumprimento das leis é obrigação de todos nós.

06

**PAPÉIS E
RESPONSABILIDADES**

Como já foi dito antes: em algum nível, todos possuem responsabilidade nas ações de prevenção e proteção nos ambientes escolares, seja na atuação direta ou na cobrança de que os procedimentos sejam implantados e/ou realizados.

Pais e responsáveis têm um papel fundamental, especialmente na cobrança da implantação desses cuidados nas instituições onde eles ainda não existem. Devem exigir do poder público (prefeitura/governo) e privado (escolas) os investimentos em ações de prevenção e proteção.

Os fatos e dados demonstram que a decisão de tornar a prevenção e proteção uma prioridade, salva muito mais vidas do que as ações tomadas durante a resposta a um incidente.

Antes de qualquer coisa, é importante mapear quem são os stakeholders (ou públicos de interesse) envolvidos com as atividades da escola. Essa ação é de extrema importância para que se desenvolva uma comunicação regular e de mão dupla e se construa um relacionamento sólido, no qual eles intercedam como apoiadores, no momento de uma situação adversa.

Além disso, esse mapeamento também apoiará o fluxo de comunicação e ações durante o incidente crítico, de forma a atender com rapidez e eficiência às demandas de todos.

Em geral, os públicos que interagem com a escola durante uma emergência são:

Públicos

- Alunos
- Professores
- Coordenadores/Corpo Diretivo
- Funcionários ou Terceiros
- Brigadistas
- Pais ou responsáveis pelos alunos
- Corpo de Bombeiros
- SAMU
- Governo
- Empresas ou indústrias vizinhas
- Comunidade do entorno
- Imprensa
- Acionistas ou Sócios

Para cada público, é importante pensar na forma de se comunicar, seja na linguagem, no conteúdo, no formato ou no canal. Essa comunicação deverá se dar de forma transparente, objetiva, periódica (à medida que a situação requerer atualizações) e concomitantemente às ações de contenção e resolução.

Não basta apenas agir. É importante divulgar oficialmente o ocorrido e o que está sendo feito, tanto interna quanto externamente, para evitar que, além de tudo, ocorra um desgaste institucional (por meio de boatos, fake news ou situações mal interpretadas que possam vir a vazar, por exemplo).

Também é um grande diferencial implantar um **Sistema de Comando de Incidentes (ICS)**, uma ferramenta que fornece uma abordagem padronizada de gerenciamento de incidentes para todos os tipos de situações mapeadas e garante que as escolas possam, efetivamente, responder a uma emergência e proteger seus alunos e funcionários.

Para cada incidente, deve ficar claro quem está no comando. Ao usar o ICS, o responsável é o **Comandante do Incidente**, que:

- Tem autoridade para estabelecer objetivos, fazer atribuições e solicitar recursos;
- Trabalha em estreita colaboração com funcionários e especialistas técnicos, para analisar a situação e determinar estratégias e táticas de resposta;
- Tem treinamento, experiência e conhecimento para servir nessa função.

Abaixo, descreveremos as principais funções a serem exercidas pelos envolvidos:

Diretor

O(A) Diretor(a) poderá atuar como o Comandante do Incidente Inicial ou delegar essa autoridade a um indivíduo qualificado, que deverá liderar as ações de resposta até a chegada da equipe de resposta à emergência profissional (p.e. bombeiros, SAMU, polícia) . Em todos os momentos, o(s) Diretor(a) ainda mantém a responsabilidade geral pela segurança geral dos alunos e funcionários. O Comandante do Incidente Inicial tem como responsabilidade iniciar as ações de resposta previstas nos planos e procedimentos previamente estabelecidos.

Professores

Os professores serão responsáveis pela supervisão dos alunos e permanecerão com eles, guiando-os até local seguro.

Enfermeiros/ Assistentes

Enfermeiras/Assistentes de Saúde da Escola e outros profissionais (Assistentes, Conselheiros, Assistentes Sociais e Psicólogos) devidamente treinados podem compor a brigada de emergência e administram primeiros socorros e combate à emergência, conforme necessário.

Estudantes

Estudantes que têm a oportunidade de participar de e simulações e exercícios de emergência, desenvolvem uma conscientização sobre os perigos naturais, tecnológicos e humanos e as medidas de prevenção, preparação e mitigação associadas, além de poder atuar ativamente das atividades de resposta/recuperação de incidentes escolares, conforme apropriado para a idade e previamente instruídos.

No caso de estruturas organizacionais diferentes, com maior ou menor capacidade, é importante que as funções descritas acima, e outras que eventualmente forem necessárias, sejam cumpridas por apoiadores internos ou externos previamente definidos.

Pais

Pais/responsáveis incentivam e apoiam programas de segurança escolar, prevenção de violência e preparação para incidentes dentro da escola, participam de projetos de serviço voluntário para promover a preparação para incidentes escolares, fornecem à escola as informações críticas sobre os estudantes, para tomada de decisão (tipo sanguíneo, transtornos de personalidade, problemas de saúde, etc.), praticam a preparação para o gerenciamento de emergências em casa, para reforçar o treinamento escolar e garantir a segurança da família, cobram o cumprimento das normas e legislação e devem estar cientes de seus papéis durante uma emergência escolar.

NECESSIDADES E HABILIDADES ÚNICAS DAS CRIANÇAS:

Os esforços de planejamento, resposta e recuperação de desastres também devem considerar as necessidades e habilidades únicas das crianças:

- **Crianças são influenciadores positivos:** podem efetivamente levar a mensagem de preparação para suas famílias;

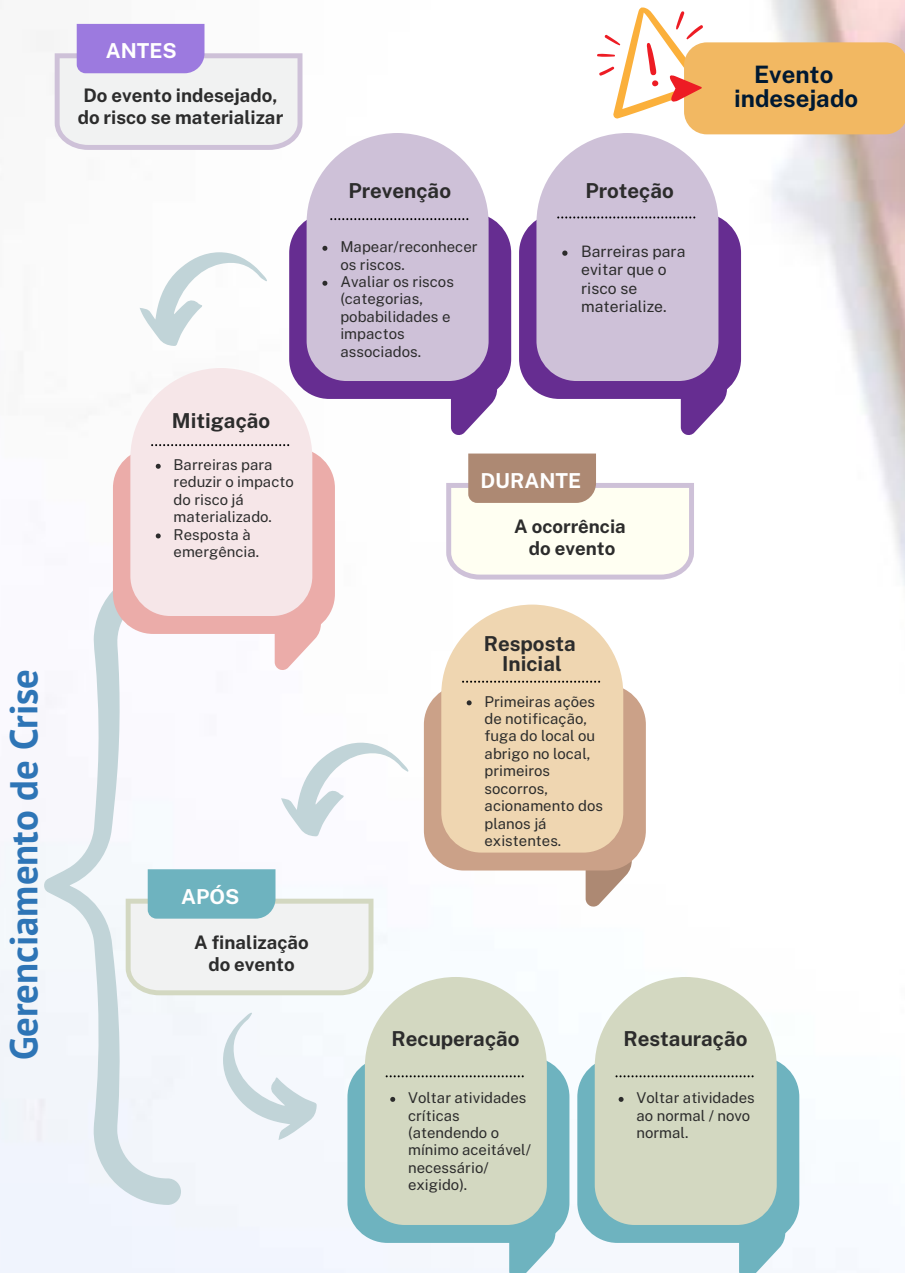
- **Crianças podem tornar-se líderes:** participar de programas de preparação para jovens e crianças capacita-os a se tornarem líderes em casa e em suas escolas e comunidades;

- **Crianças podem ficar confiantes durante uma emergência:** as que são previamente preparadas sentem menos ansiedade e mais confiança durante emergências e desastres reais.



Crianças treinadas também podem salvar vidas!

Abaixo, segue um gráfico que ilustra todo o processo de Gerenciamento de Riscos, desde antes do evento se materializar até à restauração, depois do ocorrido. Na sequência, vamos nos aprofundar em cada fase:




07

**PREPARAÇÃO:
ANTES DA EMERGÊNCIA
(RISCO MATERIALIZADO)**

É importante que se diga: a maioria dos acidentes podem ser evitados! Para isso, é preciso que a etapa de prevenção e preparação seja eficaz e que sejam analisados os seguintes itens:

- **Fazer um monitoramento contínuo dos riscos**, de forma a auxiliar na detecção de situações que ameaçam ou possam ameaçar a escola e, assim, permitir ações preventivas;
- **Desenhar um programa que contemple produtos**, serviços e operações críticas, além de diagramas do local, indicando as rotas de fuga e onde se encontram equipamentos de emergência, como hidrantes, válvulas, extintores, alarmes, etc.
- **Promover o engajamento entre escola**, responsáveis e poder público na identificação e análise dos perigos que ameaçam a escola (análise de riscos) e priorizar as ações de prevenção, proteção e mitigação;
- **Desenvolver um Plano de Emergência**, por meio da estreita colaboração entre escolas e parceiros comunitários, o que garante a coordenação de esforços e recursos e a integração dos planos de gestão de emergências;
- **Identificar a Equipe de Planejamento**, que deve incluir representantes de diversos departamentos da escola, incluindo:

- 
- Administradores;
 - Educadores;
 - Psicólogos escolares;
 - Enfermeiras;
 - Gerentes de instalações;
 - Gerentes de transporte;
 - Pessoal de alimentação;
 - Representantes de alunos e pais; e
 - Parceiros da comunidade (como socorristas, instituições locais de resposta a emergências e outros que têm funções e responsabilidades antes, durante e após uma emergência).
- **Os planos de emergência da escola devem contemplar os alunos**, funcionários e pais com necessidades especiais e o fornecimento de ajudas e serviços auxiliares apropriados, para garantir uma comunicação eficaz com essas pessoas.
 - **Após concluído e aprovado, distribuir o plano para todos os interessados**, incluindo responsáveis. Todos devem participar dos treinamentos e exercícios práticos simulados para entender o plano, reconhecer e se apropriar dos seus papéis e responsabilidades.

Exemplo de estrutura de um Plano de Emergência:

Introdução

- Objetivos
- Escopo

Definições

Contexto da escola

- Composição da escola (alunos, professores, equipe de limpeza, equipe da lanchonete etc.)
 - População vulnerável / necessidade especiais
- Layout da escola
- Mapa de riscos

Premissas dos planos

Legislação aplicável

Limitações

Procedimentos de resposta:

- Sistemas de alerta
- Fluxo de notificação
- **Estrutura organizacional de resposta:**
 - Equipe de Resposta Inicial da Escola (Comandante Inicial do Incidente, Brigadistas);
 - Equipe Profissionais de Resposta
- **Nível 1** - emergências de baixa complexidade ou magnitude, controladas com recursos da própria escola;
- **Nível 2** - emergências de média complexidade ou magnitude, controladas com recursos do município e/ou prestadores de serviço contratados pela escola;
- **Nível 3** - emergências de alta complexidade ou magnitude controladas com recursos do Estado e/ou entidades particulares.

Anexos

- **Funcionais**
 - Papéis e responsabilidades gerais da Equipe de Resposta Inicial da Escola e Equipe profissionais de Resposta Continuada (polícia, corpo de bombeiros, defesa civil, etc.).
- **Operacionais**
 - Para principais tipologias de risco.

Nenhum plano de emergência pode abordar todos os cenários ou prever todas as consequências. No entanto, um processo de planejamento abrangente pode identificar possíveis emergências e, como resultado, determinar medidas de prevenção e proteção para interromper, minimizar ou conter o impacto delas.

Para cada tipologia de risco identificado, ações preventivas e preparatórias devem ser realizadas, como por exemplo:

- Fornecer treinamento de prevenção de incêndio a todos os alunos e funcionários que usam materiais ou equipamentos combustíveis;
- Armazenar materiais combustíveis em recipientes ou salas à prova de fogo;
- Certificar-se de que todos os alunos e funcionários conhecem sua rota de evacuação.

A forma para identificar as ações necessárias em cada tipologia de risco identificado é descrever o pior cenário e, com apoio de uma equipe multidisciplinar (envolvendo escola, bombeiros e outros profissionais qualificados) “caminhar” pelos passos fundamentais da resposta à emergência, e considerando requisitos técnicos e legais.

Para cada risco identificado, ações imediatas devem ser mapeadas e os responsáveis treinados para que as executem prontamente. O foco nesta etapa é reconhecer as vulnerabilidades e riscos processuais e estruturais existentes e atuar na prevenção, planejamento e prontidão.

Disponibilizamos abaixo um check list para os 3 pilares de preparação, com alguns dos itens fundamentais para avaliação e organização:

Planejamento

- Mapear riscos (internos e externos) vulnerabilidades e cenários e as ações a serem tomadas mediante essas condições;
- Desenhar a estratégia de comunicação com todos os públicos envolvidos, definindo as mensagens-chave, a linguagem a ser adotada e canais específicos;
- Definir as responsabilidades e atribuições de todos os envolvidos (professores, alunos, funcionários, etc.), diante da situação de emergência;
- Estabelecer protocolos específicos para segurança de todos, especialmente dos mais vulneráveis, como bebês, idosos, gestantes, crianças e pessoas com deficiência cognitiva ou baixa mobilidade;
- Desenhar um fluxograma de acionamento, reporte e atualização do processo;
- Identificar as rotas de fuga, pontos de encontro externos e locais de abrigo internos, considerando as condições de segurança desses locais, para que não se criem novas situações de riscos. (O dimensionamento das rotas de fuga e ponto de encontro devem estar vinculados ao risco específico e quantidade e perfil da população a ser evacuada, como idade, necessidades especiais, etc. Os locais devem ser previamente visitados e testados nos exercícios regulares).

Estrutural e Tecnológico

- Disponibilizar visualmente as sinalizações de informação;
- Instalar alarme sonoros em todas as áreas de circulação e acomodação de pessoas ou nos dispositivos móveis dos responsáveis;
- Prover equipamentos (extintores, detectores de incêndio, de proteção individual, etc.);
- Expor mapas e plantas do estabelecimento de ensino, com as rotas de fuga, pontos de encontro, abrigos, saídas de emergência, localização dos extintores de incêndio, janelas, etc.;
- Implantar sistemas de detecção e alerta e de comunicação exclusiva imediatos e em massa, acionáveis a qualquer momento, de qualquer dispositivo;
- Utilizar plataformas de comunicação dedicadas a momentos críticos, para otimização do fluxo de informações.

Humano

- Formar e capacitar os membros da equipe de Primeira Resposta (socorristas, brigadistas, etc.), que atuam nos momentos iniciais de um acidente e determinam a agilidade e competência do suporte da equipe;
- Preparar e treinar regularmente todos os públicos da instituição e avaliar oportunidades de melhorias nos processos. Considerar também a preparação das crianças, utilizando formas e linguagens adequadas à idade e capacidade cognitiva;
- Preparar adequadamente os porta-vozes que deverão representar a instituição publicamente e os líderes que deverão direcionar e informar suas equipes;
- Construir um relacionamento frequente, transparente e consistente com os públicos de interesse;
- Estabelecer um cronograma de reuniões regulares e de simulados e exercícios práticos, para que os protocolos fiquem claros e atualizados para todos.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DE UM SIMULADO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA

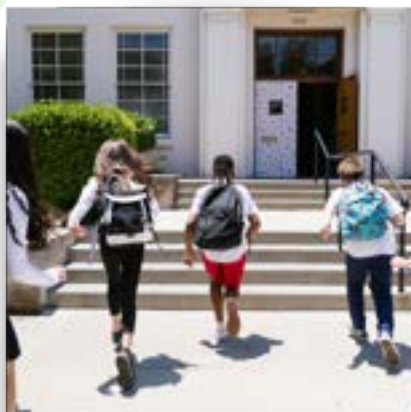
Simulados são **treinamentos** que reproduzem, de forma realista, uma situação de risco na organização, fazendo com que todos os colaboradores e demais envolvidos sigam os procedimentos previstos tal como em uma situação real.

O intuito é **conscientizar** a todos sobre papéis e responsabilidades, recursos disponíveis e procedimentos necessários para salvaguarda da vida.

A periodicidade a ser seguida varia de acordo com a legislação local e com a parcialidade do treinamento e a intensidade do risco simulado:

- **riscos médios ou baixos: 6 a 12 meses;**
- **riscos altos: 3 a 6 meses.**

Depois do simulado realizado, é fundamental reunir a equipe para avaliar o alcance dos objetivos estabelecidos para o simulado e a eficácia do plano, considerando, por exemplo, os seguintes pontos:




- **Sistemas de alerta e fluxo de notificações;**
- **Tempo gasto no abandono;**
- **Tempo gasto no retorno;**
- **Tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;**
- **Atuação dos profissionais envolvidos;**
- **Comportamento dos participantes;**
- **Falhas de equipamentos;**
- **Falhas operacionais;**
- **Demais problemas percebidos.**

Atualize o plano de ação com as oportunidades de melhorias identificadas e considere-as no próximo treinamento.

08

**RESPOSTA:
DURANTE A
EMERGÊNCIA**



Por mais cuidado que se tenha, em algum momento algum risco (previsto ou não), se materializa. Quando isso acontecer, antes de qualquer coisa é necessário fazer uma rápida (mas eficiente) avaliação do cenário, para definição do nível de criticidade e classificação do incidente.

É importante saber que nem toda crise nasce de uma emergência. E nem toda emergência evolui para uma crise .

Emergências, como vimos no glossário, é uma situação inesperada ou iminente que interrompe as operações normais de uma organização. Já crises são eventos críticos que, se não forem tratados de maneira adequada, podem afetar drasticamente a lucratividade, a reputação ou a capacidade de operação de uma organização, além dos objetivos estratégicos e de negócios.

Reconhecer e entender a situação real (ou potencial) auxilia na rápida notificação e mobilização da equipe de resposta a emergência e início das ações imediatas. .

Espera-se que a equipe e o corpo docente se responsabilizem e respondam a emergência até que seja controlada ou que o comando seja transferido para alguém mais qualificado e/ou para uma agência de resposta a emergências, com autoridade legal para assumir a responsabilidade.

OBS.: É fundamental que as ações de resposta sejam realizadas conforme estabelecido nos planos de resposta e treinamentos. Exemplo: uma pessoa não treinada para compor a brigada de incêndio, ao tentar controlar um incêndio, pode não só se ferir, mas também a gravá-lo!

Veja abaixo as principais características de um processo de resposta a emergências em instituições escolares:

- **NOTIFICAÇÃO E ACIONAMENTO DA EQUIPE DE RESPOSTA INICIAL**

- Acionamento dos sistemas de alerta (físicos e virtuais), que incluem: alarmes sonoros e visuais da escola, plataformas tecnológicas multicanais, dedicadas a emergências críticas, alarmes sonoros do município e comunicação direta entre escola e órgãos de defesa civil e segurança do município;
- Notificação e mobilização da Equipe de Resposta Inicial a emergência, para inícios das primeiras ações (como abrigo no local ou fuga até o ponto de encontro, busca e resgate, primeiros socorros, combate a incêndio, etc.);
- Notificação e mobilização de agentes externos de Resposta Continuada a emergência (Bombeiros, Defesa Civil, Polícia, etc.);
- Busca de orientação de autoridades locais e assistência técnica de agências estaduais e federais e da indústria, quando apropriado;
- Notificação aos contatos de emergência de alunos/funcionários da escola.

- **AVALIAÇÃO E RESPOSTA INICIAL**

- O tempo é o inimigo da equipe de emergência. Identificar previamente o tempo disponível para ações de resposta auxilia no planejamento das ações e rápida tomada de decisão, aumentando o sucesso das ações de salvaguarda das pessoas e proteção dos ativos e bens da escola.

Veja um exemplo: *no caso de alerta de fortes chuvas com risco de deslizamento, a escola pode ter, a depender da sua localidade, algumas horas para se mobilizar e prosseguir com a evacuação, enquanto que no caso de um atirador, a equipe de resposta a emergência da escola terá poucos minutos para levar todos até os abrigos internos da escola (previamente mapeados) até que a polícia chegue ao local.*

As ações de resposta devem responder às seguintes perguntas:

- Qual o objetivo da ação?
- Quem é responsável pela ação?
- Quando iniciar a ação?
- Onde executar a ação?
- Como executar a ação? (passo a passo incluindo recursos humanos e materiais)

Tudo isso é importante para classificar o incidente e iniciar os protocolos adequados, de acordo com o nível de criticidade.

• TRANSFERÊNCIA DE COMANDO

- A escola é a autoridade jurisdicional primária sobre o incidente, e, portanto, pode designar o indivíduo responsável por estabelecer o comando. Normalmente, o(a) Diretor(a) ou alguém designado por ele(a) assume o papel de Comandante Inicial Do Incidente. Quando o comando é transferido, a responsabilidade pela tomada de decisão nas ações de resposta à emergência também é transferida, mas, a responsabilidade pela ocorrência continua com a direção da escola. O processo de transferência de comando deve incluir um briefing que capture todas as informações essenciais para a continuidade das operações de forma segura e eficaz: o que aconteceu, o que já foi feito, o que está sendo feito e a ajuda necessária.

- As razões para transferência de comando incluem a exigência legal e a busca de pessoas com expertise adequada para assumir o comando, de acordo com as circunstâncias vigentes, já que a situação pode mudar ao longo do tempo.
- O comando deve ser transferido para as Equipes de Resposta Continuada (corpo de bombeiros, defesa civil, polícia, etc.), formada por profissionais com mais capacitação, qualificação e conhecimento técnico para dar prosseguimento às ações.

- **COMUNICAÇÃO CONTINUADA**

- Antes de uma emergência, a equipe de planejamento deve determinar como, quando e por quem os contatos de emergência serão informados se o aluno/funcionário estiver desaparecido, ferido ou morto.
- As autoridades legais normalmente assumem a liderança nas notificações de óbito, mas nada impede que esse papel seja delegado para outros. É importante garantir que os pais e/ou familiares recebam informações precisas e de maneira compassiva.
- O responsável pela Comunicação deverá interagir com as equipes de resposta, mídia, agências governamentais e público geral, desenvolvendo e coordenando a liberação de informações sobre a situação e os esforços de resposta.

- **Dentre as principais informações normalmente transmitidas, estão:**
 - principais instruções para o público, incluindo avisos de segurança;
 - localização geográfica do incidente;
 - duração estimada da resposta;
 - descrição das características específicas da ocorrência (exemplo: lesões/mortes, desaparecidos, situação atual, impactos reais e potenciais, etc., respeitando-se sempre a confidencialidade de dados sensíveis).

- **ENCERRAMENTO DAS AÇÕES DE RESPOSTA**
 - Uma resposta pode ser encerrada quando todos os seus objetivos foram atendidos.

O **Comandante do Incidente** possui a responsabilidade de encerrar as ações de resposta, desmobilizar a equipe e demais recursos empregados e realizar uma avaliação crítica das ações de resposta, identificando oportunidades de melhoria e revisando e atualizando o plano de emergência.



09

**RECUPERAÇÃO:
DEPOIS DA
EMERGÊNCIA**

A depender do risco materializado, as ações de recuperação podem ser iniciadas junto com as ações de resposta. Para isso, é importante identificar quais as atividades críticas da escola e o prazo para elas retornarem ao nível mínimo aceitável e necessário. A direção da escola deve identificar essas atividades, considerando as leis, normas e contratos.

Tipos de Recuperação:

- **Recuperação acadêmica:** continue seguindo o cronograma de aulas, comunique-se com os pais e reavalie o currículo para determinar que tópicos podem ser adiados ou descartados, respeitando-se leis, normas e contratos;
- **Recuperação estrutural:** realoque as atividades, retome os serviços, obtenha novos equipamentos e restaure edifícios e terrenos;
- **Recuperação legal:** levante toda a documentação necessária, apresente provas e comprovantes, responda aos processos judiciais em todas as instâncias necessárias;
- **Recuperação do negócio:** designe pessoas para a tomada de decisões e sistemas para implantação de contratos e cadastro de alunos;
- **Recuperação humana (física, emocional e psicológica):** ofereça assistência psicológica e de saúde, além de apoio e acompanhamento de recuperação aos afetados e seus familiares;
- **Recuperação reputacional:** disponibilize informações atualizadas aos veículos de comunicação, manifeste-se de forma objetiva e transparente nas redes sociais, prepare-se para lidar com a pressão da mídia, fortaleça laços com influenciadores de opinião.

Um ponto sensível e fundamental do processo de gestão de riscos é a definição do estágio da crise e das ações decorrentes dele.

Com relação às ações necessárias depois de uma ocorrência grave, o objetivo é consolidar e validar informações que demonstrem o fim da emergência ou o controle da situação e de seus efeitos e perdas.

Dessa forma, será possível tomar decisões que visam antecipar cenários pós-emergência, minimizar seus impactos e criar conhecimento e aprendizado (lições aprendidas), reduzindo o potencial da situação evoluir para uma crise.

Assim como os bombeiros fazem a verificação de eventuais focos de incêndio para evitar a recorrência do fogo e mais impactos (o chamado “rescaldo”), durante o gerenciamento de uma emergência é essencial que os responsáveis acompanhem a dinâmica dos fatos para que, assim que possível, se inicie o tratamento dos desdobramentos e prevenção da situação de crise.

De modo geral, pode-se dividir essas ações em algumas frentes:

- Organização do gerenciamento da crise;
- Atendimento às pessoas atingidas;
- Comunicação interna e externa;
- Acompanhamento jurídico;
- Registro de informações;
- Retorno do conhecimento adquirido na crise.

Sugestão de cronograma de ações a serem realizadas após os estágios mais críticos e de maior probabilidade de perdas:

Definir estratégia e coordenação das ações prioritárias.

Dar suporte a todos os serviços emergenciais (médicos, policiais, etc.)

Verificar e eliminar qualquer foco de perigo iminente nas atividades.

Decidir sobre eventual suspensão momentânea das atividades.

Garantir e preservar a imagem e direitos de todos os envolvidos.

Promover o reencontro de alunos/pessoas atingidas com os familiares.

Oferecer suporte psicológico aos envolvidos.

Responder às demandas da imprensa de forma adequada.

Fazer um acompanhamento e monitoramento constante.

Prover informações adequadas aos envolvidos, familiares, entidades de representação, autoridades, etc.

Dar suporte às investigações policiais.

Acompanhar processos judiciais.

Garantir todo o atendimento e tratamento médico-hospitalar necessários.

Atualizar frequentemente o *status* para os gestores e responsáveis.

Registrar informações e ações, para atendimento de futuras demandas.

Recuperar e retornar às atividades.

Identificar as lições aprendidas no processo.

Revisar o plano de gestão de emergências.

10

**MOMENTO
INSPIRAÇÃO: BOAS
PRÁTICAS PELO
BRASIL**

Defesa Civil nas Escolas de Curitiba-PR

Em 2005, a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Curitiba (COMPDEC), lançou o programa Defesa Civil na Educação – CONHECER PARA PREVENIR (CPP), fruto de uma parceria entre as Secretarias de Defesa Social e Trânsito (SMDT), por meio da Defesa Civil e da Guarda Municipal e Secretaria Municipal da Educação (SME).

O projeto nasceu com o objetivo de implementar práticas de prevenção e de resposta a emergências e desastres no ambiente escolar e no seu entorno, beneficiando os servidores, colaboradores, estudantes da Rede Municipal de Ensino (RME) e suas famílias por meio do aumento da percepção e conhecimento do risco, da prevenção e da preparação ao gerenciamento de emergências e de crises.

A proposta levou ações educativas de prevenção e preparação contra as principais adversidades presentes na vida urbana e ainda capacitou os profissionais da Rede Municipal de Ensino e seus colaboradores, em matérias como Prevenção e Combate a Incêndios, Primeiros Socorros, Plano de Preparação para Emergência Local.

Além disso, também desenvolveu e treinou protocolos de abandono de edificação, realizando simulados periódicos. Definiu-se o cenário de Incêndios como a principal ameaça nas escolas e, para tanto, elaborou-se um protocolo de abandono de edificação, no qual foram indicadas as rotas de fuga, o ponto de encontro e as respectivas (e mais adequadas) sinalizações de emergência.

O projeto técnico descrevia as atividades pedagógicas a serem realizadas em sala de aula para as crianças e/ou estudantes e ainda a elaboração de Planos de Preparação para Emergências Locais (PPEL) para as unidades escolares municipais.

O projeto piloto foi lançado na Escola Municipal Mirazinha Braga, onde os resultados foram tão positivos que culminou na decisão de ampliar o projeto para toda a Rede Municipal de Ensino (RME), com a meta de atingir mais 21 unidades em 2007 (totalizando 22 unidades da RME com o CPP implantado). Em 2008, o CPP já estava implantado em 31 escolas.

A partir de 2008, além de novas unidades implantarem o CPP, outros protocolos de emergência foram criados, como protocolos de permanência em virtude de invasão de agressores na edificação, inundação e alagamento, destelhamento, etc. As unidades receberam a orientação e o suporte técnico da equipe da Defesa Civil de Curitiba e contaram com o acompanhamento dos Núcleos Regionais da Educação e da Guarda Municipal, bem como de representantes dos Departamentos da Secretaria Municipal da Educação.

Desde então as crianças e estudantes:

- recebem noções de análise de riscos, meios de prevenção, conceitos de proteção e defesa civil;
- conhecem os principais fenômenos naturais, de forma a despertar a consciência de preservação e de cuidados com o meio ambiente;
- e participam de treinamentos e exercícios simulados de emergência.

Em 2014, Curitiba oficializou o Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir (CPP), por meio da promulgação Lei Municipal nº 14.579, que contou com aceitação unânime na Câmara Municipal da cidade. O projeto foi ampliado também para as Instituições particulares de Ensino de Curitiba.

A Lei cita que o objetivo principal do CPP é a implementação de práticas de prevenção contra acidentes e outros tipos de emergências, contribuindo para a redução do risco de desastres no ambiente escolar e na comunidade.

No ano de 2017, o CPP atingiu a marca de implantação em 100% das escolas da Rede Municipal de Ensino. Em 2019, acrescentou em seus objetivos o atendimento à Lei Lucas (Lei Federal nº 13.722/2018), enfatizando que em cada unidade da RME estivesse presente pelo menos 2 (dois) educadores, professores ou integrantes da equipe pedagógica com conhecimentos em primeiros socorros.

O Processo de implantação e desenvolvimento do CPP contém 8 passos, descritos a seguir:

- Formação de um Grupo Gestor que recebe orientações e treinamento da Defesa Civil sobre a implantação e desenvolvimento do CPP e definição das metas e objetivos a serem desenvolvidos pelo CPP no ano letivo;
- Apresentação do CPP à equipe da escola (incluindo a equipe pedagógica, professores, educadores, colaboradores e demais integrantes da unidade);
- Capacitação da equipe da escola, pela Defesa Civil, sobre a Legislação que compreende o amparo legal do CPP, os 08 passos para o desenvolvimento do Programa e demais temas de interesse;



- Desenvolvimento das atividades do CPP na unidade, como atividades em sala de aula, orientações e treinamentos;
- Capacitação da Brigada de Emergência, devidamente constituída pela Direção da unidade;
- Elaboração do Plano de Preparação para Emergência Local (PPEL) e sinalização dos ambientes, das rotas de fuga, dos pontos de encontro e das saídas de emergência, além da realização de treinamentos e simulados envolvendo as crianças e estudantes da unidade;
- Avaliação, já no final do ano letivo, dos objetivos alcançados e dos itens que necessitam maior atenção;
- Realização de um evento para certificação da unidade e de sua equipe, bem como entrega das carteirinhas de Agentes Mirins de Defesa Civil às crianças e estudantes.

É importante que a unidade de ensino passe, ao longo de todo o desenvolvimento do CPP, a definir e implantar mudanças estruturais e comportamentais que possam reduzir o risco de desastres no ambiente escolar e na comunidade, de modo que se busque a excelência e o preparo para o emprego de protocolos que possam evitar danos materiais e ambientais e salvaguardar vidas.



DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS DE NOVA LIMA-MG

Na cidade de Nova Lima-MG o programa buscou trabalhar um Plano de Emergência prático nas instituições escolares, seguido por um Plano de Abandono em caso de emergência.

O trabalho começou em 2021 e o projeto piloto foi aplicado, inicialmente, em 4 instituições de ensino, sendo elas: a Escola técnica SENAI, a Escola de Formação Gerencial, a Escola Municipal Cristiano Machado e a Escola Estadual Denis Vale.

Durante as fases do projeto foram realizados seminários e reuniões com os alunos, com o objetivo de trazer conceitos sobre emergência e também sobre barragens, que é uma característica específica da cidade. Estas escolas eleitas para receber o projeto piloto estavam em zona de impacto de barragens, tornando imprescindível a disseminação dos cuidados com relação a este tema.



Especialmente para os alunos da Escola Municipal Cristiano Machado, foram produzidos materiais lúdico interativos, pois a faixa etária dos alunos dessa unidade era entre 5 a 12 anos. Dentre as etapas do projeto, foi realizado um mapa de emergência para todas as salas da instituição, utilizando a planta da escola, fornecida pela própria diretoria, e também um simulado prático de abandono do prédio.

Ao longo de 7 meses, a equipe visitou as escolas, conheceu a rotina dos alunos, entendeu as dificuldades de recursos que as instituições sofriam e teve acesso às dificuldades e limitações dos responsáveis, de forma a adequar o projeto para viabilizar a disseminação eficaz de temas voltados a emergência e segurança, para crianças, jovens e adultos do sistema escolar.



11

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS E
OUTRAS FONTES
SOBRE O TEMA**

Referências Bibliográficas e outras fontes

- Câmara dos Deputados (projeto de lei sobre planos de evacuação nas escolas):
<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2190706>
- CEMADEN Educação:
<http://educacao.cemaden.gov.br/>
- Emergency Planning with Children | FEMA.gov
- FORNI, João José. Escolas tornam-se fontes recorrentes de crise - Três publicações (UNICEF) ajudam gestores a enfrentar os problemas.
<https://www.comunicacaoecrise.com/site/index.php/artigos/1205-escolas-tornaram-se-fontes-recorrentes-de-crises>
- GIOVENARDI, Ricardo. Gerenciamento de crises corporativas: construindo planos de contingência, recuperação de desastre, emergência e crise para gerenciar situações adversas em sua empresa. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- Guia de Crises do Sistema Positivo de Ensino - Central Press
- Guide for Developing High-Quality School Emergency Operations Plans (fema.gov)
- IS-0362.a: Multi-Hazard Emergency Planning for Schools - Course Goal (fema.gov)
- Sampleplan.pdf (fema.gov)
- Welcome to Ready Kids! | Ready.gov.



A Cosafe é o maior hub em gestão de crises do Brasil e nasceu com um grande propósito: fortalecer a cultura de preparação para crises no nosso país.

Com uma proposta de valor arrojada, chegou oferecendo uma plataforma móvel para comunicação e resposta ágil a situações críticas, como emergências e crises, além de consultorias e treinamentos sobre esse tema.

Seu portfólio de serviços e produtos engloba soluções de ponta a ponta em gestão de crises, contemplando os 3 pilares essenciais: **Pessoas, Processos e Tecnologia.**





Este material foi desenvolvido pela divisão de Consultoria da empresa Cosafe exclusivamente para divulgação externa.

Sua reprodução parcial ou total, bem como, modificação em partes ou no todo das metodologias específicas aqui apresentadas, sem o consentimento dos responsáveis da Consultoria, podem incorrer em desdobramentos judiciais baseados na Lei de Direitos Autorais.

